



Informação nº 34/13-Segef

Brasília, 02 de dezembro de 2013

Processo nº: 20121/12

Jurisdicionados (as): Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal; e
Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

Assunto: Estudo especial.

Ementa: Decisão nº 5.627/11. Estudo especial. Prestação de contas do pagamento de precatórios. Art. 11 da Portaria GPR/TJDFT nº 815/2010. Art. 26 da Resolução/CNJ nº 115/2010. Decisão nº 4.880/13. Secretaria-Geral de Controle Externo. Definição do Órgão competente para análise da prestação de Contas. Secretaria de Controle Externo de Contas. Ofício nº 856/2013 – GAB/SEF/DF. Conhecimento. Arquivamento.

Senhor Secretário de Controle Externo,

Tratam os autos da realização de estudo especial acerca das prestações de contas do pagamento de precatórios judiciais recebidas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, em atenção ao contido na Decisão nº 5.627/11, *verbis*:

Decisão nº 5.627/11:

[...]

IV. autorizar: a) a constituição de autos apartados, para que a 5ª ICE examine a questão inerente à apreciação das prestações de contas a que alude o art. 11, inciso V, da Portaria GPR 815, de 06.07.10, em cotejo com as disposições do art. 26 da Resolução nº 115/2010 - CNJ;

[...].”

2. Concluído o Estudo Especial, foi exarada a Decisão nº 4.880/13, juntada às fls. 175/175. Referida Decisão incutiu recomendação ao Governador do Distrito Federal no sentido de que firmasse convênio com os órgãos do Judiciário para fins de pagamento de precatórios e imprimiu autorização para que a **Secretaria-Geral de Controle Externo** deste Tribunal explicitasse qual Secretaria de Controle Externo atuaria na análise das prestações de contas e na fiscalização



de precatórios¹. À primeira vista, não se demandou dos jurisdicionados, pelo menos nesta oportunidade, qualquer resposta quanto às medidas que seriam adotadas.

3. Entretanto, a Secretaria de Fazenda do Distrito Federal encaminhou os Ofícios nº 856 e 857/2013 – GAB/SEF, acompanhados de vasta documentação, objeto do **Anexo I** aos presentes autos.

4. De substancioso, apenas vale destacar as informações referentes às prestações de contas do pagamento de precatórios atinentes ao 4º trimestre de 2012 e também do 1º e 2º trimestres de 2013. Referidas prestações de contas foram juntadas por meio de cópia (física e em meio eletrônico) ao Processo nº 23139/12, conforme registrado em Despacho exarado naqueles autos (cópia às fls. 182/183).

5. Demais disso, podem ser encontradas entre as informações do **Anexo I**, referência à construção do Sistema Informatizado de Precatórios² e à celebração de convênio com o Poder Judiciário.

6. Quanto à celebração do convênio, menciona-se que caberia ao Governador determinar a condução da discussão e deliberação sobre o assunto (convênio), não estando sob a alçada daquela Secretaria tal definição.

7. Em resumo, pode-se dizer que as informações encaminhadas pela SEF/DF, exceto no tocante à prestação de contas que foi juntada ao Processo nº 23139/12, em nada acrescentam para a discussão aqui travada e que redundou na Decisão nº 4.880/13. Também, não contribuem para as discussões objeto do Processo nº 8618/09.

8. Portanto, não se vislumbra outra medida que não seja dar conhecimento ao eg. Plenário quanto à documentação objeto do **Anexo I**, consubstanciada nos Ofícios nº 856 e 857/2013 – GAB/SEF, para que autorize o arquivamento do presente feito.

À consideração superior.

VALDICK GONÇALVES RIBEIRO BOMFIM
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL
DIRETOR

¹ Conforme despacho da Secretaria-Geral de Controle Externo nos autos do Processo nº 23139/12, coube à Secretaria de Contas deste Tribunal a incumbência de analisar as prestações de contas em referência.

² Essa questão está sendo acompanhada no bojo do Processo nº 8618/09, onde se encontram informações mais esclarecedoras, mormente a Decisão nº 4.760/13.